

Resumo É descrita a criação e história da Associação para o Planeamento da Família, que se integra num quadro internacional mais vasto de promoção dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva, que por sua vez integram movimentos sociais de promoção dos direitos cívicos que se desenvolvem na segunda metade do Século XX. São apresentados aspectos da história da APF, as suas actividades e actual intervenção, apresentando-a como uma organização não governamental com uma clara vertente cívico política, e como um espaço de voluntariado e de cidadania que, ao longo de quatro décadas, acolheu e mobilizou centenas de voluntários a nível nacional.

Palavras chave Associação para o Planeamento da Família, cidadania, voluntariado, direitos sexuais e reprodutivos

Abstract

APF – 40 Years for the Right to Choose

The article describes the creation and history of the Associação para o Planeamento da Família (Family Planning Association) in the context of a larger international context of the promotion of sexual and reproductive rights. This context, however must be also understood in a broader context of the civilian rights movement which developed in the second half of the XX century. APF is presented as a non governmental organisation with a clear advocacy dimension as well as a citizenship organisation which integrated hundreds of volunteers during its 40 years of existence.

Key-words Associação para o Planeamento da Família, citizenship, volunteer work, sexual and reproductive rights.

Résumé

APF – 40 ans pour le droit de choisir

La création et l'histoire de l'Associação para o Planeamento da Família (Association pour le Planning Familial) est décrite dans le cadre international plus vaste de la promotion des droits et de la santé sexuelle et reproductrice. Ce cadre doit, à son tour, être compris dans le contexte des mouvements sociales de droits civiques qui se sont développés dans la seconde moitié du siècle XX. L'APF est présentée dans ses actuelles activités et interventions comme une organisation non gouvernementale avec une claire dimension civico-politique, et comme un espace de action bénévole et citoyenne qui a accueilli des centaines de bénévoles pendant ses 40 ans de vie.

Mots-clé Associação para o Planeamento da Família, citoyenneté, action bénévole, droits sexuelles et reproductives.

A criação da APF e o contexto internacional

Há 40 anos, em 1967, foi criada a Associação para o Planeamento da Família. O surgimento desta associação, embora tenha tido raízes nacionais, enquadrou-se num movimento internacional nascido nas décadas de 20 e 30 nos países anglo-saxónicos e que, após a 2.ª Guerra Mundial, através da criação da IPPF – International Planned Parenthood Federation se tinha alargado a muitos países de vários continentes e que tinha como conceito central o Planeamento Familiar. Desde a sua criação a APF portuguesa integrou a IPPF.

Basicamente o que deu origem a estes movimentos foi a constatação dos elevados índices de mortes maternas e infantis, devidos à falta de assistência na gravidez, ao não espaçamento das gravidezes e ao levado recurso ao aborto ilegal como consequência das numerosas gravidezes não desejadas. Fazer amor ou dar à luz, nesses tempos simultaneamente já tão longínquos mas ainda tão próximos, eram em si situações de risco para a saúde das mulheres e para o bem estar dos casais e das famílias.

A emergência deste movimento integrou-se, por sua vez, numa perspectiva mais global de direitos humanos e cívicos que se desenvolveu na segunda metade do século XX e que abrangeu temas tão importantes como os direitos dos povos colonizados, a luta contra a discriminação racial, e mais tarde, a luta pelos direitos das mulheres e das pessoas homossexuais.

De facto, algumas das mulheres fundadoras da IPPF, tais como a norte americana Margareth Sanger ou a sueca Elisa Ottensen Jensen eram, claramente, feministas (a própria invenção da pílula contraceptiva, em 1954, resultou de um processo dirigido por Margareth Sanger, e financiado por uma amiga sua, também ela feminista). Elas sabiam que, o que estava em questão, era muito mais do que a protecção da saúde das mulheres e das crianças (o que em si já era de uma importância extrema); o que estava essencialmente em questão era a capacidade de as mulheres controlarem as suas vidas, a partir do controlo da componente mais importante na definição da identidade feminina – a fecundidade e a maternidade.

Intervenção cívica, direitos e questões de género

Mas voltemos a Portugal e à APF portuguesa. No final da década de 60 e comparativamente a outros países da Europa, existiam ainda taxas elevadas de mortalidade materna e infantil no nosso país. Este facto levou um conjunto de profissionais de saúde, essencialmente ginecologistas e obstetras a criar uma associação que pudesse promover a informação e o acesso aos meios de planeamento familiar, nomeadamente a contracepção. Nesta mesma época, a Igreja Católica atravessava um período de grandes debates internos por ocasião do Concílio Vaticano II, e um dos temas de debate era precisamente a legitimidade moral do controle da natalidade. Assim, na origem da APF estiveram também

católicos que tinham posições progressistas nesta matéria. Uma pequena consulta de planeamento familiar na sua sede, a realização de diversos colóquios públicos, a realização de cursos de formação para enfermeiras e assistentes sociais forma algumas das actividades realizadas antes do 25 de Abril.

Assim, desde o início a APF foi um espaço de cidadania e intervenção cívica, envolvendo dezenas de voluntárias e voluntários nesta sua fase inicial.

Por outro lado, estávamos ainda numa época que, com honrosas excepções, a regra nas sociedades europeias e nos EUA, era a existência de uma legislação que bania a contracepção e reprimia a sua divulgação e venda. Na década de 60, por exemplo, em França os contraceptivos eram ainda comercializados clandestinamente.

Em Portugal, a ditadura bania também a comercialização dos métodos contraceptivos. No entanto, a pílula foi desde logo comercializada em Portugal mas com fins de regulação do ciclo menstrual!

E portanto, este movimento não tinha só, ou principalmente uma natureza técnica. Tinha essencialmente uma dimensão cívica e política concretizada numa intenção clara de mudança social no campo da contracepção e, por via disso, num campo mais vasto das relações de género e do progresso social.

Explicitando esta necessidade de uma perspectiva de género e de defesa dos direitos das mulheres, a APF integrou desde cedo, e ainda mantém nos seus objectivos estatutários a sua intenção de «apoiar as mulheres a controlarem a sua fecundidade e assim contribuir para a sua emancipação» (Artigo 2.º dos Estatutos da APF).

Até 1976, a APF teve como objectivo fundamental, utilizando a pressão política possível e a actividade dos profissionais que nela se agruparam, a criação de consultas de planeamento familiar nos serviços de saúde estatais. E, aproveitando as mudanças radicais vividas com a queda do regime autoritário e a instauração da democracia em Portugal, este primeiro objectivo foi conseguido em 1976 quando o Secretário de Estado da Saúde Albino Aroso, que era então o presidente da APF, introduziu a consulta de planeamento familiar na valência de Saúde Materna dos centros de saúde. Em muitos hospitais e maternidades foram também criadas estas consultas.

Este facto, provocou também uma inflexão no papel que a APF vinha desenvolvendo até então. Ao contrario de outra suas congéneres, a APF optou nessa altura por não ter clínicas de Planeamento Familiar (aliás em alguns países, como a Grã-Bretanha, as APF tinham acabado de integrar as suas clínicas nos serviços de saúde estatais) e dedicar-se aos campos da informação da população e da formação de profissionais para o desenvolvimento do planeamento familiar nas vertentes clínica e educativa.

De facto, o final dos anos 70 e o princípio dos anos 80 foram anos de intenso trabalho comunitário, procurando lutar contra a falta de informação e esclarecimento que existiam a nível geral, e sobretudo nas camadas menos escolarizadas. Era um campo essencial de trabalho como o mostravam alguns estudos então realizados. Um inquérito realizado pela Comissão da Condição Feminina reve-

lava que a maioria da população desconhecia a existência das consultas de PF e o próprio significado do conceito; o 1.º Inquérito Português à Fecundidade, de 1980, revelava que o método de eleição dos casais portugueses eram o coito interrompido e que só 33% das mulheres casadas e em idade fértil utilizavam os modernos métodos de contraceção. Era pois essencial informar as mulheres e os casais. A gravidez na adolescência foi outro dos tópicos que a APF começou a trabalhar nesta época – final da década de 70 – caracterizada pelo maior pico de nascimentos em adolescentes.

Este trabalho informativo era realizado por equipas de voluntários em escolas, colectividades, centros paroquiais e nas empresas através de sessões de esclarecimento. Começaram também a serem realizadas projectos de intervenção mais continuados com grupos de mulheres e de jovens. Os voluntários da APF começaram a ser treinados e a aplicar técnicas dinâmicas de trabalho com grupos e já não só de tipo coloquial. Pela primeira vez também realizam-se as primeiras experiências continuadas de trabalho com grupos de jovens. Ou seja, para além de uma perspectiva cívica, o envolvimento voluntário traduzia-se também em actividades directas com a população, em bairros, empresas e escolas.

Assim como o direito dos casais ao planeamento familiar constituiu o primeiro tema de trabalho da APF, já nos anos 80, o tema do direito dos jovens ao planeamento familiar foi motivo de campanhas de opinião pública da APF. De facto, em 1980, num contexto de pressões de grupos sociais conservadores, um parecer do Procurador Geral da República transformado em despacho normativo em alguns serviços de saúde proibia o acesso de menores de 18 anos às consultas de PF existentes sem autorização expressa dos pais. Em 1984, a aprovação do DL 3/84 – Direito à Educação Sexual e ao Planeamento Familiar veio revogar o despacho normativo. Desde então, qualquer pessoa em idade fértil, pode aceder a uma consulta de PF e os profissionais são obrigados a guardar sigilo sobre tal facto.

Após a aprovação da lei 3/84, a APF decidiu centrar o seu trabalho nas camadas mais jovens dado que, o acesso ao PF por parte da população adulta estava legalmente garantido e em franco desenvolvimento. Nesta nova inflexão a APF desenvolveu mais uma vez uma actividade pioneira, desta vez em torno da educação sexual nas escolas e da criação de serviços para jovens. Em 1984, a APF realizou o seu primeiro seminário de educação sexual contando com a presença de cerca de mil professores dos vários graus de ensino. Em 1986, em colaboração com os serviços de saúde da região do Porto, a APF abriu o primeiro centro de atendimento para jovens e adolescentes.

Novamente, um claro posicionamento político e cívico, manifestado agora na exigência da educação sexual e do acesso do jovens à contraceção e à saúde reprodutiva, desde logo traduzido em experiências modelo no terreno, combinadas com a promoção do debate público destes temas e a apresentação de propostas concretas aos responsáveis políticos.

Um outro tema de importância crescente foi a questão da legalização do aborto. No despacho que criava as consultas de PF, o Secretário de Estado da

Saúde justificava a sua necessidade pela existência de mais de 100 mil abortos clandestinos por ano em Portugal. No final da década de 70, dois casos julgados em tribunal colocaram na ordem do dia a questão do aborto ilegal: em 1976, a jornalista M.ª Antónia Palla foi julgada por ter apresentado na RTP uma reportagem sobre a prática do aborto. E, 1978, uma estudante de enfermagem – Conceição Massano – foi julgada porque, uma das professoras da sua escola, violando o diário pessoal da estudante, tinha descoberto que a jovem tinha recorrido ao aborto. As organizações de mulheres mobilizaram-se e a APF participou também nestas campanhas integrando estruturas como a CNA e a CNAC.

Já no início da década de 90, a APF e outras ONGs criaram o MODAP – Movimento de Opinião para o Debate do Aborto em Portugal, que mais tarde deu lugar à Plataforma pelo Direito de Optar. Estas estruturas foram essenciais para manter o debate sobre a questão do aborto clandestino e inseguro nas agendas, por vezes, em momentos muito difíceis de o fazer como foram os primeiros anos após o referendo de 1998.

Voluntariado e profissionalização, intervenção técnica e intervenção cívica

Actualmente a APF desenvolve uma actividade diversificada e largada a todo o território nacional em sete delegações regionais – Algarve, Alentejo, Zona Centro, Lisboa Tejo e Sado, Norte e Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira desenvolvendo actividades em praticamente todos os campos da saúde sexual e reprodutiva.

Continuamos a desenvolver uma acção alargada de apoio aos profissionais de saúde na promoção dos cuidados de saúde e na educação contraceptiva, trabalhamos com professores e escolas na educação sexual; temos diversos projectos e serviços dirigidos a grupos socialmente desfavorecidos tais como populações em situação de pobreza, mães adolescentes, comunidades migrantes, trabalhadoras sexuais; mantemos serviços de informação e aconselhamento para jovens e para mulheres em situação de gravidez não desejada; editamos materiais educativos e documentação técnica e mantemos um centro de recursos e conhecimento; desenvolvemos vários projectos internacionais ao nível da cooperação para o desenvolvimento; desenvolvemos estudos diversos sobre a situação da saúde sexual e reprodutiva em Portugal.

A APF tem profissionalizado grande parte da sua intervenção e conta actualmente com algumas dezenas de profissionais nos seus diferentes projectos que desenvolve em todo o país. Mas no entanto, a APF continua também a ser um importante espaço de envolvimento voluntário. Cerca de 150 voluntários participam na direcção e na vida democrática da APF a nível nacional e nas delegações regionais. Integram grupos de trabalho e participam na intervenção comunitária lado a lado com profissionais. Os seus diferentes saberes constituem uma das maiores riquezas da APF.

Por outro lado, a intervenção cívica e política continua a estar bem presente, como recentemente se viu, através da intervenção pública da APF no referendo sobre a IVG, no acesso dos jovens e da população adulta aos serviços de saúde, na questão da mutilação genital feminina ou na exigência antiga mas infelizmente, ainda actual, do desenvolvimento da educação sexual nas escolas. Este é também um campo fundamentalmente protagonizado pelas voluntárias e voluntários da APF.

Esta dimensão faz-se promovendo o estudo e a discussão dos problemas, formulando propostas, participando em fóruns e outros espaços de cidadania, participando tanto quanto possível nos processos de elaboração e discussão da legislação e das políticas no âmbito dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva.

Quanto às questões de género elas atravessam toda a nossa actividade. Desde logo porque a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são uma área que não pode ser desligada das questões de género e por isso as perspectivas de género são essenciais em todas as actividades com os profissionais e técnicos, com a população e na intervenção cívica da APF. Por outro lado, o facto de integrarmos desde há mais de 10 anos o Conselho Consultivo da ex-CIDM (agora CIG) tem-nos permitido acompanhar de perto toda a produção legal e política nestas questões.

Ontem como hoje, movem-nos os mesmos ideais: a promoção das liberdades de escolha na vida sexual e reprodutiva, o direito a uma maternidade consciente, livre e desejada.

Ontem como hoje, a APF continua a ser um espaço de intervenção cívica e profissional para todos aqueles que acham importante lutar por aqueles ideais.

Bibliografia

- Aroso, Albino (1974), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, INCM.
- Associação para Planeamento da Família (2003), «Cronologia do planeamento familiar em Portugal», [em linha] disponível em www.apf.pt.
- Associação para Planeamento da Família (1999), *Estatutos*, Lisboa, APF.
- Comissão da Condição Feminina (1979), *Os Portugueses e o Planeamento Familiar*, Lisboa, CCF.
- Ferrão, J. (1996), «Três décadas de consolidação do Portugal Demográfico», in A. Barreto (org.) *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, ICS, 441-446.
- Freire, João (2002), «Neomalthusianismo e contracepção», *Sexualidade e Planeamento Familiar*, n.º 34, 25-28.
- Gomes, Bertina S. (1987), «Para a história do planeamento familiar em Portugal», *Planeamento Familiar* n.º 37, 2-5.
- Instituto Nacional de Estatística/CED (1980), *Inquérito Português à Fecundidade*, Lisboa, INE.
- Nóbrega, João L. D. (1997), «Planeamento familiar – um conceito subversivo», *Sexualidade e Planeamento Familiar*, n.º 13/14, 4-6.

- Rebelo, David (1987), «O movimento do planeamento familiar» in Albuquerque, A. et al. (1987), *A Sexologia em Portugal*, vol. 2, 103-106.
- Sampaio, Daniel (1982), «O direito dos jovens à contracepção», *Planeamento Familiar*, n.º 13/14, 10-14.
- Tavares, Manuela (2003), *Aborto e Contracepção em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Vilar, Duarte (2002), «Abortion – The Portuguese case», *Reproductive Health Matters*, 10 (19), 156-161.
- Vilar, Duarte (2003), *Falara Disso*, Porto, Edições Afrontamento.

Duarte Vilar é licenciado e doutorado em sociologia pelo ISCTE. É técnico da APF desde 1979 e seu Director Executivo desde 1988. É igualmente Professor Associado do Instituto Superior de Serviço Social da Universidade Lusíada de Lisboa e investigador do CLISSIS – Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social. Tem participado em diversos estudos no âmbito da saúde sexual e reprodutiva. Endereço electrónico: duartevilar@apf.pt

Artigo recebido em Setembro de 2007 e aceite para publicação em Setembro de 2007.